

O advogado e docente universitário diz que muitos operadores judiciais, apesar de clamarem contra, violam o segredo de justiça para satisfazer estratégias processuais

Segredo em claro-escuro

Rui Patrício

O segredo de justiça é, em minha opinião, demasiado importante para ser tratado como tem vindo a ser em Portugal nos últimos anos. De facto, manter parte do processo em segredo é necessário, para preservar a investigação e para preservar direitos dos envolvidos. Mas, assim sendo, é preciso que legislador, operadores judiciais, jornalistas e cidadãos em geral encarem e tratem o segredo de justiça com seriedade e responsabilidade, o que nem sempre tem acontecido, assistindo-se, pelo menos há uma década, a um simulacro de segredo, a um segredo de polichinelo.

O legislador muda a lei frequentemente, ao sabor de casos concretos e da vozeria da opinião publicada e pública. Avança e recua, não clarifica o sistema, antes o confunde, usa terminologia pouco clara ou desajustada.

Os operadores judiciais também não se portam bem. Muitos clamam contra as violações, mas muito violam. E fazem-no, muitos, para satisfazer estratégias processuais. E, não sejamos hipócritas, não há lados virgens neste problema. As violações não vêm só de um lado, vêm de vários lados, e é fácil em cada caso deduzir de que lado vêm. E se afirma-

mos o segredo como valor importante, então seria preciso investigar realmente as suas violações. Investigar mesmo, a fundo, e procurando os seus principais e primeiros responsáveis, não ficando por bodes expiatórios. E em todos os casos, não apenas em casos mais badalados, como tem acontecido, muitas vezes querendo forçar a lei — a lei sobre a prova e a lei sobre a violação do segredo de justiça.

Diz-se que é difícil investigar. É verdade, mas não é impossível. E todos, nessa investigação, actores principais e secundários, têm que ser tratados de forma igual, ou melhor, os principais têm que ser tratados como tal e os secundários apenas nessa medida, não podendo esquecer-se que são os primeiros aqueles que, por estarem no processo, verdadeira e gravemente põem em causa o segredo de justiça e aquilo que ele representa.

E se se concluir, depois de uma tentativa séria de o fazer, que realmente não é possível investigar e punir as verdadeiras violações do segredo, então há que repensá-lo, e talvez abandoná-lo, por muito que nos custe, embora talvez venha a ter que ser essa a resposta ao novo paradigma da relação entre justiça e sociedade.

Quanto aos jornalistas, faço dois reparos, e um elogio. Impõe-se, parece-me, uma reflexão acerca do uso por vezes excessivo do interesse público. Falta, por outro lado, um maior

cuidado na avaliação dos efeitos, muitas vezes enormes e definitivos, que certas notícias têm na vida das pessoas. Não é mais suportável uma justiça em segredo, mas igualmente não é suportável uma justiça escancarada, transformada em espectáculo. Como em tudo na vida há que ser cauto em cada caso e o segredo está na divina proporção. Porém, também é devido um elogio por se procurar, muitas vezes, realmente informar contra as dificuldades e, especialmente, amiúde procurando evitar fontes que, além de violarem segredo de justiça, procuram também manipular.

Finalmente, os cidadãos em geral, que fecham o círculo da hipocrisia que tem rodeado o segredo de justiça e a sua violação. Se por um lado, muitos se mostram preocupados com as violações, não é menos verdade que muitos também consomem de um jeito tantas vezes voyeurista o espectáculo diário sobre as entranhas dos processos.

Não adianta proclamar a importância do segredo e não adianta fazer, de vez em quando, um processo sobre violação do segredo de justiça (sobretudo se for feito apenas para exorcizar as consciências colectivas) enquanto não formos, todos, consequentes com essa proclamação.

E se não pudermos ser, então sejamos consequentes com essa impossibilidade.